



JHENIFER FERNANDA RODRIGUES FERREIRA PEREIRA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA:

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO APRENDIZAGEM NA
ESCOLA REGULAR

JHENIFER FERNANDA RODRIGUES FERREIRA PEREIRA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA:

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO APRENDIZAGEM NA
ESCOLA REGULAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade Anhanguera, como requisito parcial para a
obtenção do título de graduado em Pedagogia.

Orientador: Mariana Cardoso

JHENIFER FERNANDA RODRIGUES FERREIRA PEREIRA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA:

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO APRENDIZAGEM NA
ESCOLA REGULAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Anhanguera, como requisito parcial para a obtenção do título de graduado em Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA

Prof(a). Titulação Nome do Professor(a)

Prof(a). Titulação Nome do Professor(a)

Prof(a). Titulação Nome do Professor(a)

Piracicaba, dia de junho de 2022

Dedico este trabalho em especial para minha mãe, que era o maior sonho dela o meu diploma, e sei que está olhando lá de cima por mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus por ter me dado forças para chegar até aqui, pois foram dias difíceis, mas consegui chegar nessa reta final da faculdade. Gostaria de agradecer minha família, e ao meu noivo por todo apoio de sempre.

Agradeço aos professores da faculdade Anhanguera, por tudo que sempre fizeram por nós alunos, pela dedicação e apoio e a Faculdade Anhanguera pela oportunidade.

Agradeço as minhas amigas de turma, por toda ajuda, paciência, pois eu sei que foram essenciais na minha vida, Maria Thereza, Eliude, Gabriela, Pâmela.

“O conceito de educação inclusiva se afina com a ideia de uma sociedade capaz de incluir a todas as pessoas”. Andrea Ramal

PEREIRA, Jhenifer Fernanda Rodrigues Ferreira. **Educação Inclusiva: Educação Inclusiva no ensino aprendizagem na escola regular.** 27 folhas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade Anhanguera, Piracicaba, 2022.

RESUMO

A presente pesquisa apresenta reflexões teóricas sobre a educação inclusiva, á medida que a educação inclusiva está se tornando cada vez mais prevalente nas escolas regulares, é importante abordar essa questão, pois precisamos aumentar nosso conhecimento sobre educação inclusiva e como lidar com as diferenças que existem hoje. Este trabalho tem como tema a educação inclusiva na educação e aprendizagem escolar. Este estudo se justifica pela visão panorâmica da inclusão no ambiente escolar que as escolas precisam se preparar para atuar da melhor forma possível na educação inclusiva. Para isso, o tipo da pesquisa realizada foi qualitativa, tendo por base a pesquisa bibliográfica, sendo estes os meios pelos quais foram obtidos a fundamentação teórica; tendo como os principais autores utilizados, tais como: autores como Montoan (2015), Carvalho (2005), Mazzota (2007) e Figueira (2016) A relevância desta pesquisa consiste em. Ensinar esse aluno a aprender geralmente é um desafio para as escolas, por isso este estudo irá agregar conhecimento aos professores e futuros professores. Inclusão e métodos de ensino. Sua educação inclusiva faz parte de uma escola regular e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de 2015 mostra que toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais. Cada aluno é único e único, e o processo educacional precisa ser projetado para encontrar caminhos que façam sentido para eles para que ocorra esse ensino aprendizagem. Não apenas envolva esse aluno, mas realmente conte a ele. Tenha sempre em mente que os fatores sociais são fundamentais para a construção do sujeito e, portanto, são essenciais para o processo de educação e aprendizagem. Tendo como objetivo geral compreender a consideração de diferentes ações na fixação do estudante na Educação inclusiva.

Palavras-chave: Inclusão ; Direitos ; Ensino Aprendizagem ; Processo ; Aluno .

PEREIRA, Jhenifer Fernanda Rodrigues Ferreira. Inclusive Education: Inclusive Education in teaching learning in regular school. Twenty-seven sheets. Course Completion Work (Graduation in Pedagogy) - Faculdade Anhanguera, Piracicaba, 2022.

ABSTRACT

The present research presents theoretical reflections on inclusive education, as inclusive education is becoming increasingly prevalent in regular schools, it is important to address this issue, as we need to increase our knowledge about inclusive education and how to deal with the differences that exist today. This work has as its theme inclusive education in school education and learning. This study is justified by the panoramic view of inclusion in the school environment that schools need to prepare to act in the best possible way in inclusive education. For this, the type of research carried out was qualitative, based on bibliographic research, these being the means by which the theoretical foundation was obtained; having as the main authors used, such as: authors such as Montoan (2015), Carvalho (2005), Mazzota (2007) and Figueira (2016) The relevance of this research is. Teaching this student to learn is usually a challenge for schools, so this study will add knowledge to teachers and future teachers. Inclusion and teaching methods. Its inclusive education is part of a regular school and the Brazilian Inclusion Law (LBI) of 2015 shows that every person with a disability has the right to equal opportunities with others. .. Each student is unique and unique, and the educational process needs to be designed to find ways that make sense for them for this teaching and learning to occur. Don't just involve that student, but actually tell them. Always keep in mind that social factors are fundamental to the construction of the subject and, therefore, are essential for the education and learning process. Having as general objective to understand the consideration of different actions in the fixation of the student in Inclusive Education.

Keywords: inclusion ; rights ; Teaching Learning ;Process ; Student

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
PNEE	Política Nacional de Educação Especial
MEC	Ministério da Educação
AEE	Atendimento Especial Especializado
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
PCD	Pessoa com deficiência
ZPD	Zona de Desenvolvimento Proximal

SUMÁRIO

1. 13
2. 15
3. 19
4. 23
5. 26

REFERÊNCIASERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo abordar a temática da Educação Inclusiva no processo de ensino aprendizagem na escola. Tem por objetivo apresentar o desenvolvimento e as experiências na prática da educação inclusiva no processo de ensino aprendizagem. Busca-se neste estudo refletir sobre a importância da Educação Inclusiva no processo de ensino aprendizagem e observar dificuldades enfrentadas na educação para os alunos com deficiência. E abordar também nesse contexto a importância do trabalho do professor e sua visão para com o aluno da Educação Inclusiva, e por meios de ensino e formas para que o ensino aprendizagem seja de fato significativo para o aluno nessa fase da vida dele.

Diante de uma sociedade que busca cada vez mais a inclusão, a Educação Inclusiva é um desafio, portanto é preciso estar em constante aprendizagem para cada vez mais esse aluno tornar-se capacitado para o mundo. Cada aluno é um ser individual e único e o processo de ensino deve ser pensado em buscar metodologias significativas para ele. Não só incluir este aluno, mas ensinar de fato, lembrando sempre que o fator social tem fundamental importância no processo de construção do sujeito, portanto essencial no processo de ensino aprendizagem.

Como todos sabemos, a educação é um direito de todos e com base neste princípio, deve-se entender que educação inclusiva significa educar todas as crianças no mesmo contexto escola. Que é preciso abordar este tema importante, pois é preciso que a escola se prepare para atuar da melhor forma com a educação Inclusiva, sendo assim, esse tema possui relevância pois trata da inclusão e da aprendizagem do aluno da Educação Inclusiva.

A grande questão dentro desse contexto é como incluir e ensinar esse aluno de forma significativa, de maneira que este aluno possa aprender e desenvolver habilidades. Sabemos que existem inúmeras dificuldades quando o assunto é lidar com educação inclusiva e uma delas é o processo de aprendizagem do aluno, como ensinar de maneira que este aluno aprenda e se desenvolva. Esse processo é um desafio para educação e até mesmo para os professores, por isso tratar esse assunto faz todo sentido, já que a educação inclusiva deve criar sentido, abrir possibilidades de aprendizagem a todos.

O objetivo geral, portanto, desse estudo é compreender a importância de diferentes ações na aprendizagem do aluno da Educação Inclusiva e dentro das especificidades do tema apresentar o contexto da educação inclusiva, descrevendo também quais atenções são necessárias para atender aos alunos da educação inclusiva no ensino regular e destacar a importância dos professores no processo de aprendizagem desse aluno.

Sendo assim, o desenvolvimento deste trabalho realizado através de pesquisas em sites e artigos de autores que retratam o assunto da inclusão na Educação, e os desafios a serem alcançados e meios para que a educação seja mais inclusiva a todos.

2.A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Contexto Histórico

A Educação Inclusiva, é a Educação de PCD dentro da escola regular fazendo com que a escola seja um espaço para todos e seja um lugar de acolhimento a essas crianças. A Educação Inclusiva pressupõe a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humana, vendo assim, as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero dos seres humanos. E a transformação da cultura, das práticas e das políticas vigentes na escola e nos sistemas de ensino, de modo a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos.

Como define o artigo 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a “Educação Inclusiva é a modalidade dedicada aos estudantes que possuem algum tipo de deficiência, Transtornos Globais de Desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação”. O ensino inclusivo também está relacionado as populações com culturas diferentes, como os quilombolas, indígenas, etc. A iniciativa também precisa que as escolas da educação regular sejam adequadas ao correto atendimento dessas crianças. A metodologia também contribui para favorecer a diversidade e escolaridade, visto que o ambiente escolar atende crianças em diferentes situações.

Ou seja, visa garantir o melhor aprendizado possível para cada aluno, levando em considerações suas peculiaridades. As inclusões estimulam o sentimento de pertencimento, respeitam as diferenças e promovem a diversidade para todos que participam da experiência de aprendizagem. De acordo com o Programa Nacional de Educação Especial (PNEE 2020), há também metas como a garantia do direito constitucional à educação e o apoio à educação profissional para alunos com deficiência. É por isso que a educação inclusiva se tornou tão importante nos últimos anos que está se tornando cada vez mais valorizada em nossa sociedade.

A Lei de Inclusão tem passado por vários processos ao longo do tempo, leis regulamentadas, ações tomadas, e dentro desse contexto é preciso compreender que a Educação Inclusiva é um direito dentro da escola regular que toda a população deve ser atendida, e um ambiente escolar só pode ser considerado inclusivo quando reconhece a capacidade de aprendizagem de cada aluno, quando se elabora estruturas metodologias e sistemas que atendam às necessidades dos alunos em sua totalidade e sua bagagem.

A educação inclusiva é uma realidade no Brasil desde os tempos imperiais, há alguns anos, quando foi implantado o sistema de educação inclusiva. Segundo o MEC, a educação inclusiva abrange todos os níveis de ensino (educação infantil ao ensino superior) e inclui um serviço de Apoio ao Educador Especializado (AEE) que orienta professores e alunos na utilização dos métodos e serviços de ensino e aprendizagem.

A História da Educação Inclusiva no Brasil foi durante muito tempo em nosso país a educação inclusiva tinha um modelo educacional-médico, onde as instituições mantinham equipes multidisciplinares, formado por professores especializados, médicos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e psicólogos.

Esses profissionais da área da educação eram responsáveis em preparar crianças ou pessoas com deficiência para depois integrá-la na sociedade. Historicamente, pessoas com deficiência ficaram por muito tempo escondida do convívio social até que surgisse o conceito de integração social.

Os estudos de Mazzotta apontam três atitudes sociais que marcaram a história da Educação Inclusiva no tratamento dado às pessoas com deficiência: “marginalização, assistencialismo e educação/reabilitação” (Mazzotta, 1996, p.14).

- A marginalização é caracterizada como uma atitude de descrença na possibilidade de mudança das pessoas com deficiência, o que leva à completa omissão da sociedade em relação à organização de serviços para essa população.
- O assistencialismo é uma atitude marcada por um sentido filantrópico, paternalista e humanitário, porque permanece a descrença na capacidade de mudança do indivíduo, acompanhada pelo princípio cristão de solidariedade humana, que busca apenas dar proteção às pessoas com deficiência.
- A educação/reabilitação apresenta-se como uma atitude de crença na possibilidade de mudança das pessoas com deficiência e as ações resultantes dessa atitude são voltadas para a organização de serviços educacionais que os beneficiassem.

Segundo Mazzotta (2007) a legislação foi fundamental para avançar os direitos e mudanças de paradigmas da Educação Inclusiva. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), são atendidos pela educação inclusiva, estudantes com algum tipo de dificuldade ou necessidade. São alunos que, por algum

tipo de deficiência física ou mental, acabam tendo obstáculos na oportunidade do aprendizado.

“Educação Especial é um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, para garantir a educação formal dos educandos que apresentam necessidades educacionais muito diferentes das da maioria das crianças e jovens”. (MAZZOTTA, 1989, p.39).

Mazzotta também vai dizer que:

“A educação especial está [...] baseada na necessidade de proporcionar a igualdade de oportunidades, mediante a diversificação de serviços educacionais, de modo a atender às diferenças individuais dos alunos, por mais acentuadas que elas sejam”. (MAZZOTTA, 1982, p. 10).

É necessário falar sobre os direitos de todos os sujeitos inseridos dentro da sociedade brasileira, e, através dessa análise, observar que, embora o princípio da igualdade seja constitucional, em linhas gerais, uns são mais "iguais" que os outros. Assim, é possível compreender a importância da Educação inclusiva, pois seu:

[...] desenvolvimento [...] está estreitamente ligado à preocupação dos educadores com o atendimento das necessidades educacionais daqueles alunos que não são beneficiados com os recursos educacionais comuns e que precisam de recursos especiais para suplementarem os existentes. Desta forma, a educação especial não se justifica a não ser como facilidades especiais que não estão disponíveis na escola comum e que são essenciais para determinados alunos. (MAZZOTTA, 1982, p. 11).

O acesso à educação é um direito de todos, e o mesmo acontece quando se fala em educação inclusiva. A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de 2015 mostra que toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais. É preciso inserir estratégias de promoção da educação e sociedades inclusivas, antes que as escolas inclusivas contemplem esses princípios estabelecidos na Declaração de Salamanca e na Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de todas as pessoas com deficiência tenha oportunidades com os outros, e não ser discriminado.

A Declaração de Salamanca é considerada um dos principais documentos mundiais que visam a inclusão social, pois essa declaração norteia os direitos das crianças na educação inclusiva, e ao lado da Convenção de Direitos da Criança (1988) e da Declaração sobre Educação para Todos de 1990. Ela é o resultado de uma tendência mundial que consolidou a educação inclusiva. A Declaração de Salamanca é considerada inovadora porque, conforme diz seu próprio texto, ela “proporcionou uma oportunidade única de colocação da educação especial dentro da estrutura de “educação para todos”, firmada em 1990.

Segundo a Declaração de Salamanca (1994) existe um conjunto de princípios que possuem relação com as atuais políticas educacionais, princípios que norteiam uma educação com equidade como o direito da Educação independentemente das diferenças individuais, as necessidades educativas especiais deve abranger toda criança que possuem dificuldade no ambiente escolar, a escola também deve adaptar-se aos alunos e suas especificidades e o ensino deve ser rico, criativo e realizado em um espaço como a todas as crianças.

“Para crianças com necessidades educacionais especiais uma rede contínua de apoio deveria ser providenciada, com variação desde a ajuda mínima na classe regular até programas adicionais de apoio à aprendizagem dentro da escola e expandindo, conforme necessário, à provisão de assistência dada por professores especializados e pessoal de apoio externo”. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994)

3. ENSINO APRENDIZAGEM E ADAPTAÇÕES NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Educação Inclusiva no processo de aprendizagem visa atender às necessidades educacionais dos alunos inclusivos, para que também tenham recursos de acessibilidade, políticas e experiências que possam envolvê-los plenamente na sociedade. A educação inclusiva não consiste em matricular alunos em escolas regulares e desconsiderar suas necessidades, mas em proporcionar às escolas, professores e alunos condições básicas de aprendizagem que podem mudar suas vidas.

A Educação Inclusiva se inicia já na Educação Infantil, desenvolvendo as bases necessárias para a construção do conhecimento e desenvolvimento global do aluno, por meio do lúdico, das formas diferenciadas de comunicação, de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais. A educação inclusiva favorece as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança. Por isso é muito importante que esse aluno seja inserido na escola nos anos iniciais.

As creches e escolas de educação infantil, dentro de sua atual e reconhecida função de cuidar e educar, não podem mais deixar de receber criança. PNEE, diz a partir de zero anos (art. 58, parágrafo 3º, LDB c.c. o art. 2º, inc iso I, alínea “a”, da Lei nu 7.853/89), oferecendo-lhes cuidados diários que favoreçam sua estimulação precoce, sem prejuízo dos atendimentos clínicos individualizados, que, se não forem realizados no mesmo ambiente, devem ser disponibilizados por meio de convênios, para sua facilitação.

Segundo Figueira o atendimento educacional especializado é um estímulo também na aprendizagem do aluno da Educação Inclusiva e deve ocorrer precocemente. Em todas as etapas e modalidades da educação básica, o atendimento educacional especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento do aluno, este deve ocorrer em turno inverso da sala comum, na própria escola ou em ambiente especializado para realizar esse ensino.

”Antes, essas pessoas [com necessidades especiais] eram habilitadas ou reabilitadas para fazerem todas as coisas que as demais, sendo que por meio da integração social passavam a conviver conosco em sociedade. Agora, na inclusão social, as iniciativas são nossas, somos nós que estamos nos preparando, criando caminhos e permitindo que elas venham conviver conosco. Por esse motivo, cada vez mais vemos crianças e pessoas com deficiências em nossas escolas, nos espaços de lazer e em todos os lugares

da vida diária. E devemos estar preparados para essa convivência, aceitando as diferenças e a individualidade de cada pessoa, uma vez que o conceito de inclusão mantém este lema: todas as pessoas têm o mesmo valor (FIGUEIRA, 2011, p. 28-29)".

Figueira (2016), também vai dizer que para crianças de zero a seis anos tem que oferecer o atendimento educacional especializado para desenvolver formas específicas de comunicação, já para crianças e jovens de sete a catorze anos o atendimento educacional especializado é sempre complementar e não substitutivo da escolarização em sala de aula de ensino comum. Para adultos e adolescentes maiores de 14 anos além de oferecer cursos profissionalizantes é preciso incentivar esses alunos em instituições regulares de educação profissional. Para esses adolescentes e adultos em idade de trabalho é importante facilitar a inserção efetiva dessas pessoas no mercado de trabalho de forma significativa. Figueira também vai dizer que "É preciso que estratégias sejam traçadas, passando pelo preparo dos professores e alunos sem deficiência para receberem colegas com deficiência, desenvolvendo políticas de inclusão escolar" (Figueira, 2016 p.49).

Um professor de uma sala de aula comum que possui um aluno de inclusão tem o direito por lei a um Atendimento Educacional Especializado, pois o AEE precisa dar condições de acesso, participação e aprendizagem desse aluno no ensino regular.

O especialista do AEE faz essa ponte entre o aluno de inclusão e o professor da sala de aula comum, permitindo uma troca de experiência que contribua nesse processo educacional e em todo o contexto escolar para esse aluno de inclusão, tornando-se a educação de forma mais dinâmica, e com mais sentido para esse aluno, pois o objetivo da AEE é eliminar barreiras que possam obstruir o processo de aprendizagem do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento etc.

Existem dois tipos de adaptações curriculares, as adaptações de acessibilidade ao currículo e as adaptações pedagógicas. Pensando nessa necessidade de educação inclusiva foi realizado um currículo para a escola inclusiva onde o conceito de adaptações curriculares, consideradas como estratégias e critérios de atuação docente, admitindo decisões que oportunizam adequar a ação educativa escolar, às maneiras peculiares de aprendizagem dos alunos, considerando que o processo de ensino-aprendizagem pressupõe atender à diversificação de necessidades dos alunos na escola (MEC/SEESP/SEB, 1998).

Adaptações de acessibilidade ao currículo se referem à eliminação de barreiras, essas adaptações são necessárias para que o aluno possa frequentar a escola regularmente com autonomia. Estas adaptações incluem como por exemplo, rampas de acesso, banheiros adaptados, intérprete de Libras, transição de texto para Braille e outros recursos pedagógicos para facilitar a vida desse aluno. De acordo com o MEC, as adaptações curriculares são:

Respostas educativas que devem ser dadas pelo sistema educacional, de forma a favorecer a todos os alunos e dentre estes, os que apresentam necessidades educacionais especiais: a) de acesso ao currículo; b) de participação integral, efetiva e bem-sucedida em uma programação escolar tão comum quanto possível; (BRASIL, 2000, p. 7).

As adaptações curriculares, de planejamento, objetivos, atividades e formas de avaliação, no currículo como um todo, ou em aspectos dele, são para acomodar os alunos de inclusão, as adaptações curriculares constituem uma possibilidade para atender às dificuldades de alunos com deficiência, ou que apresentem dificuldades de aprendizagem, favorecendo a apropriação do conhecimento escolar e contribuindo com o seu processo de aprendizagem.

“Art. 17. Em consonância com os princípios da educação inclusiva, as escolas das redes regulares de educação profissional, públicas e privadas, devem atender alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, mediante a promoção as condições de acessibilidade, a capacitação de recursos humanos, a flexibilização e adaptação do currículo e o encaminhamento para o trabalho, contando, para tal, com a colaboração do setor responsável pela educação especial do respectivo sistema de ensino”. (Resolução CNE/CEB Nº2, 2001).

Os currículos, a formação das turmas, as práticas de ensino e a avaliação são aspectos da organização pedagógica das escolas são revistos e modificados com base no que for definido também pelo projeto político-pedagógico de cada escola. Sem os conhecimentos levantados por esse projeto, é impossível elaborar currículos que reflitam o meio sociocultural do alunado. (Mantoan, 2015, p 70).

Para Mantoan (2015) pela colaboração, diálogo, solidariedade, criatividade e pensamento crítico exercido por alunos, professores, gestores e funcionários da escola para inspirar, formar e avaliar continuamente os professores responsáveis pela aprendizagem dos alunos e pela avaliação escolar. Use processos que precisam ser

contínuos e formativos ao longo do processo de ensino e aprendizagem, por meio de notas e testes. Portanto, inclusão significa diferentes práticas educativas voltadas ao sucesso da aprendizagem para todos os alunos. Mantoan vai dizer que, na escola inclusiva os professores e alunos aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina: respeitar as diferenças. Esse é o primeiro passo para construir uma sociedade mais justa, ela afirma que:

“A inclusão questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da regular, mas também o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, já que prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular”. (MANTOAN, 2008, p. 19).

O estudo das disciplinas partirá das experiências de vida dos alunos, dos seus saberes e fazeres, dos significados e das suas vivências, para chegar sistematização dos conhecimentos. Essas experiências variam entre os alunos, mesmo sendo membros de uma mesma sociedade, a implantação dos ciclos de formação é uma solução justa e muito adequada para se mudar os critérios de agrupamento escolar atuais. A inclusão é uma provocação, cuja intenção é melhorar a qualidade do ensino das escolas, atingindo a todos que fracassem em suas salas de aula (MANTOAN, 2006).

“As ações educativas têm como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, contemplando sua subjetividade” (MANTOAN, 2015. p.35).

3. A ATUAÇÃO DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O professor, na educação inclusiva exige que os professores estejam preparados de forma prática, metodológica e emocional para lidar com possíveis diferenças e acontecimentos dentro do espaço escolar. Mesmo com a singularidade e diversidade de todas as crianças, não é um modelo de pensamento comum, pois com a inclusão escolar compreende-se que tanto a escola quando o educador constrói novos laços quando valoriza a diversidade na sala de aula, que passa a objetivar aos educandos uma educação que leva condições de aprendizagem para todos de forma coerente.

Diante da inclusão, o professor deve encontrar uma forma de construir e adaptar suas práticas pedagógicas para dar aos alunos a oportunidade de crescer e aprender sem deficiência. O processo de inclusão exige que os professores criem condições difíceis para a aprendizagem e suas potencialidades, bem como diversidade para explorar suas dificuldades. O processo de inclusão requer que sejam criadas condições desafiadoras que contemplem a diversidade, para que o professor possa explorar a aprendizagem e suas possibilidades e até mesmo suas dificuldades.

É necessário, portanto, que se torne claro o papel do professor que se faz muito presente nesse processo de inclusão, pois ele atua ativamente no processo de ensino aprendizagem e dos avanços dos seus alunos. O professor deverá promover um ensino igualitário e sem desigualdade, já que quando se fala em inclusão não estamos falando somente nos deficientes e sim da escola também, onde a diversidade se destaca por sua singularidade, formando cidadãos para a sociedade.

Determinamos a autoavaliação como uma ferramenta indispensável a prática pedagógica inclusiva, pensar em inclusão necessariamente precisamos pensar sobre o favorecimento da aprendizagem de todos os alunos. Carvalho (2019) propõe a remoção de barreiras na prática pedagógica em sala de aula e explicita diversos fatores para a aprendizagem do aluno. Carvalho afirma que:

O que se pretende na educação inclusiva é remover barreiras, sejam elas extrínsecas ou intrínsecas aos alunos, buscando-se todas as formas de acessibilidade e de apoio de modo a assegurar (o que a lei faz) e, principalmente garantir (o que deve constar dos projetos político pedagógicos dos sistemas de ensino e das escolas e que deve ser executado), tomando-se as providências para efetivar ações para o acesso, ingresso e permanência bem-sucedida na escola (CARVALHO, 2005, p.72).

Carvalho também cita a flexibilidade que “traduz-se pela capacidade do professor de modificar planos e atividades à medida que as reações dos alunos vão oferecendo novas pistas” (p. 52). Pois precisa sim valorizar as experiências, cultura e histórias que eles carregam.

“Na escola inclusiva o professor deve ser especialista em aprendizagens, genericamente considerados e não mais em especificidades que caracterizam determinados grupos ou alunos como cegos, surdos, com paralisia cerebral, retardo mental, autismo etc. [...] escolas inclusivas são para todos, implicando um sistema educacional que reconheça e atenda às diferenças individuais, respeitando as necessidades de qualquer dos alunos (CARVALHO, 2018, p. 31).

Nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica - Resolução CNE/CEB 02/2001 (BRASIL, 2001) fala-se sobre formação adequada dos professores. Recomenda também que as escolas disponham de recursos materiais, pedagógicos para que se consiga promover uma educação de qualidade a seus alunos com deficiência. É importante pensar no professor como o transmissor de conhecimento, O professor sendo esse mediador deve promover um ensino que abranja todos os alunos, sem que haja desigualdade.

É preciso que haja formação continuada desse professor para que venha ocorrer melhorias no ambiente escolar e para que o professor ao se deparar com um aluno da educação inclusiva saiba lidar da melhor forma para com este aluno, levando a esse aluno aprendizado significativo.

A aceitação e a adaptação das crianças com deficiência e é um problema que ocorre com muita frequência nas escolas, não basta simplesmente impor a inclusão, é preciso realizar um trabalho de conscientização para que possa ocorrer a verdadeira inclusão para esse aluno.

E por isso o papel do professor é de extrema importância para que isso aconteça e para esse aluno não se sentir deslocado no meio da sua turma. Considerando que cabe ao professor o papel de atuar na Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) do aluno com deficiência, estimulando a autonomia e a capacidade de desenvolver, a partir de intervenções e adaptações curriculares as potencialidades de cada aluno, intervenções essas que podem ocorrer tanto na adaptação do material pedagógico

proposto pela escola, quanto na mediação social entre a criança com deficiência e o ambiente em que ela se encontra, é preciso conhecer os perfis dos alunos envolvidos, conhecer suas reais necessidades e gerar conhecimento sobre as práticas e procedimentos que melhor se adaptem à sua especificidade, necessidades e possibilidades.

O professor não pode se recusar a lecionar uma turma inclusiva pois, mesmo que a escola não ofereça estrutura. As redes de ensino não estão dando às escolas e aos professores o que é necessário para um bom trabalho. Muitos evitam reclamar por medo de perder o emprego por exemplo. Os professores devem contar com a ajuda de pais e os líderes comunitários também podem promover um diálogo com as redes de ensino, fazendo pressão para o cumprimento da lei dentro dessa escola onde o aluno foi inserido.

Para que se obtenham bons resultados educacionais, a preocupação em participar da elaboração coletiva do Projeto Político Pedagógico (PPP) leva ao professor da educação inclusiva a responsabilidade de conduzir um trabalho que o leve a compreensão da realidade, dos conceitos de aprendizagem, ensino e avaliação de seus estudantes da educação Inclusiva que seja processual e emancipadora.

O PPP é parte principal da gestão democrática praticada dentro da escola. Contudo, é preciso que cada membro envolvido no processo escolar, seja ele professor, funcionário ou gestor, defina sua postura e seu papel na implementação das ações e metas propostas, colocando-se a serviço da promoção de um processo de inclusão responsável e digna.

Sendo assim, os professores devem procurar novas posturas e habilidades que permitam problematizar, compreender e intervir nas diferentes situações que se deparam, além de auxiliarem na construção de uma proposta inclusiva, fazendo com que haja mudanças significativas pautadas nas possibilidades e com uma visão positiva das pessoas com deficiência.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos estudos realizado e observado entende-se que a educação inclusiva vem passando por um processo de adaptações ao longo dos anos e que embora muitas leis, direitos e planos nacionais. Há um caminho a percorrer pela frente e com muitas lutas a serem enfrentadas para melhorar o ensino dentro de uma escola regular. O acesso da educação inclusiva na escola regular tem seu direito validado, mas é preciso que as políticas públicas sejam de fato executadas para ocorrer de fato o aprendizado.

A Educação Inclusiva possibilita participação e aprendizagem de todos os alunos na escola, contribui para a construção de uma cultura que valoriza as diferenças. Neste trabalho, retratou-se também a aprendizagem na educação inclusiva, seu processo de ensino dentro da escola e a importância do professor como mediador desse processo de ensino aprendizagem e os principais autores que defendem a educação inclusiva, e que fazem toda a diferença para termos uma base sobre a educação inclusiva. É preciso um maior preparo para lidar com as diferenças, nos capacitarmos, estudar cada vez mais, cada vez mais para contribuir nesse processo de aprendizagem na educação inclusiva dentro de uma escola regular.

As adaptações curriculares o Atendimento Educacional Especializado são meios que colaboram e muito para que a educação inclusiva seja de fato inclusiva na escola regular, e por meio de diferentes práticas pedagógicas que o ensino se torna mais efetivo e o aluno passa a participar e aprender do que lhe é ensinado por isso é muito importante o papel do professor. É por meio do professor e por meio da escola que essa ponte da inclusão acontece.

É preciso que a escola, os professores busquem melhores condições de ensinar, reconhecendo as diferenças no olhar inclusivo e valorizando-as. A escola deve estar aberta as diferenças e buscar mesmo em meio aos desafios da inclusão uma educação de qualidade para todos, hoje em dia contamos muito com a tecnologia e podemos sim usar a tecnologia para nosso conhecimento e buscar sempre as melhores soluções, atividades, cursos, vídeos, para nossos alunos de inclusão. A aprendizagem na educação inclusiva demanda esforço, apoio e dedicação para que ela realmente ocorra.

REFERÊNCIAS

Adaptações Curriculares na Educação Inclusiva. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br>. Acesso em:

AEE na escola regular. Disponível em: <https://institutoitard.com.br/atendimento-educacional-especializado-a-verdade-do-aee-na-escola/>. Acesso em:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. MEC/SEESP. Brasília, 2000.

CARVALHO, Rosita Ediller. Educação Inclusiva: Com os pingos nos “Is”. Porto Alegre, Mediação, 2019.

CARVALHO, Rosita Ediller. Removendo Barreiras Para a Aprendizagem: Educação Inclusiva. Porto Alegre, Mediação, 2007.

Currículo adaptado na inclusão do deficiente intelectual. Disponível em: www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br%2Farquivos%2FFile%2Fproducoes_pde%2Fartigo_rosangela_maria_henriques.pdf&clen=184911&chunk=true. Acesso em:

Desafios da Educação inclusiva: foco nas redes de apoio. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/554/os-desafios-da-educacao-inclusiva-foco-nas-redes-de-apoio>. Acesso em:

Declaração de Salamanca. Brasília, DF. Unesco. 1994.

Diretrizes Nacionais para Educação Especial. Disponível em: portal.mec.gov.br%2Fseesp%2Farquivos%2Fpdf%2Fdiretrizes.pdf&clen=397071&chunk=true portal mec. Acesso em:

Figueira, Emílio. Novos Desafios para a Educação Especial. Disponível em: <https://www.acervoinclusivo.com.br/2020/01/aula-4-novos-desafios-para-educacao.html>. Acesso em:

Figueira, Emílio. O QUE É EDUCAÇÃO INCLUSIVA, Tatuapé, Brasiliense, 2017.

Inclusão escolar e educação especial: considerações sobre a política educacional brasileira. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-7128200000200007. Acesso em:

MAZOTTA, Marcos José Da Silveira. Educação Especial No Brasil: HISTÓRIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS. São Paulo, Cortez, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão Escolar: O QUE É? POR QUÊ? COMO FAZER? São Paulo, Moderna, 2015.